

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O DISCURSO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

LUCAS MARTINS FLORES¹; VERLI PETRI²

¹ Doutorando em Letras - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Professor - Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari (IFFAR-Ja) - Bolsista do Programa de Incentivo à Qualificação do IFFar (PIIQP-BE e PIIQP-AD) – lucasmflores@gmail.com

² Professor Dr^a - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – verli.petri72@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar, com base no projeto de tese intitulado *Uma fênix que (re)nasce: a Educação do Campo pelo viés discursivo, da política governamental à prática social*, algumas reflexões, mesmo que incipientes, sobre os processos sócio-histórico-ideológicos que compõem a disciplinarização/institucionalização¹ da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância no Brasil.

Atualmente, a pesquisa encontra-se em um momento de constituição de um arquivo que servirá para futuras reflexões no trabalho de tese de doutoramento em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, por isso, importa definir que entendemos o *arquivo* como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57), para então, fazer recortes desse arquivo para poder reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras e, nas palavras de Pêcheux (1994) “mergulhar a leitura literal (enquanto apreensão do documento) numa leitura interpretativa”, constituindo assim, um trabalho de relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, ao mesmo tempo em que se dá um trabalho da memória, da história e da língua.

Assim, realizamos um levantamento sobre as Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOCs) ofertadas no Rio Grande do Sul² e “mergulhamos” em “uma leitura interpretativa”, tentando compreender como a Pedagogia da Alternância é explicitada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das LEDOCs do RS. Dentre essas, constituímos um arquivo por cinco PPCs das seguintes instituições³: Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Erechim e Laranjeiras do Sul), Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande e Instituto Federal Farroupilha.

De um lado, tínhamos um Edital que orientava a criação de novos cursos de graduação e, de outro, os PPCs criados em resposta a esse Edital que norteava para a adoção do “REGIME” de Alternância em seus diferentes tempos, o da escola e o da comunidade (BRASIL, 2012). É neste lugar que traçamos *Reflexões preliminares sobre o discurso da Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância*. Entre o discurso político-governamental – “regime” e o discurso da literatura e, de grande maioria dos PPCs, “pedagogia”.

¹ Neste momento, utilizo-me de disciplinarização/ institucionalização, levando em consideração que um “conteúdo da ciência se disciplinariza e se estabelece através de sua institucionalização” (SCHERER, SCHNEIDERS e MARTINS, 2015). Atualmente, a Educação do Campo, de acordo com Molina (2015), coloca-se em processo de implantação, tendo em vista serem apenas 42 cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil.

² No Brasil, quarenta e dois cursos de LEDOC foram implantados por Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil (MOLINA, 2015).

³ Esses cursos foram criados e ofertados via Edital Nº 02/2012.

2. METODOLOGIA

Para essa reflexão que ora propomos, buscamos compreender as políticas da Educação do Campo, como elas vêm sendo desenvolvidas no Brasil. Para tanto, e alicerçados pela Análise de Discurso de linha francesa e inseridos na linha de pesquisa Língua, Sujeito e História, interessamo-nos pela compreensão histórica dos processos de produção de sentidos.

Michel Pêcheux (1988, p. 153), em sua proposta de uma “teoria materialista do discurso”, concebe ideologia, com base em Althusser, como “estruturas-funcionamentos designadas” que dissimulam “sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, no sentido não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’”, afirmando que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1988, p. 148). No entanto, Pêcheux examina como essa tese pode “desvendar o mistério em questão”, sob a problemática de uma “teoria materialista dos processos discursivos, articulada com a problemática das condições ideológicas de reprodução/ transformação das relações de produção”.

A presente reflexão se torna possível, pois desde o início da proposta dessa pesquisa, traçamos movimentos do ir e do vir do aparato teórico da AD em relação ao arquivo que está em processo de constituição, movendo-se entre o teórico e o analítico, constituindo sentidos. É nesse percurso de (re)produção e (trans)formação dos discursos sobre a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância que pretendemos constituir uma historicidade da Educação do Campo. É em um “movimento pendular” entre o ir e vir de uma prática educacional e o movimento de constituição de sentidos que nasce a presente reflexão. O movimento pendular de que trato aqui é uma proposta de Petri (2013) que consiste em atentar-se a observar o movimento do pêndulo que nasce da inércia para movimentar-se entre o vaivém, desconstruindo conceitos e produzindo deslocamentos de sentidos. Esse movimento proposto pela autora diz respeito “a metodologia da Análise de Discurso”, porque essa “está em suspenso, em movimento, (de)pendendo como o pêndulo, relativizando os olhares sobre o mesmo objeto” (PETRI, 2013). Nesse caso, o nosso “olhar” está sob o modo como a nomeação “regime” de alternância – discurso político-governamental – entra em funcionamento nos PPCs dos Cursos das LEDOCs no RS – discurso disciplinar de uma prática social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Licenciatura em Educação do Campo, de acordo com Caldart (2011), nasceu das proposições da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004. Por meio de uma comissão instituída pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e com representante do Iterra, a proposta específica começou a ser construída no MEC, em 2005, mas, a autora afirma que foi em novembro de 2006, que o MEC decidiu convidar universidades para a realização de projetos-piloto do curso. Caldart (2011) menciona que quatro⁴ projetos-piloto foram desenvolvidos.

⁴ O primeiro projeto-piloto, uma parceria entre Iterra e UnB, com início da primeira etapa em setembro de 2007. Caldart (2011) explica que essa turma aconteceu em Veranópolis, RS, na sede do Iterra, com uma organização curricular de etapas constituídas pela alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade. Os outros projetos-piloto são da Universidade Federal de Minas

Em Nota Técnica Nº 3/2016, o Ministério da Educação (MEC) estabelece que as LEDOCs “*devem ser institucionalizadas* na oferta regular dos cursos de graduação” (BRASIL, 2016), dentre aquelas instituições que ofertaram esse curso via Edital Nº 02/2012. Além da demanda pela oferta do curso, a Nota informa que “as Licenciaturas *devem* integrar programas de ensino, pesquisa e extensão, sendo ofertadas na modalidade presencial, com vivências dos tempos educativos – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC)”, isto é, pelo “REGIME” de Alternância, como uma “estratégia curricular”. (BRASIL, 2016).

Do ponto de vista discursivo, as palavras não têm sentido fixo ou literal, mas é o trabalho da ideologia que produz uma ilusão da literalidade, dando uma ideia de evidência de obviedade e veracidade. [...] “todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem” [...] (PÊCHEUX, 1988). Nessa perspectiva, tornar o sentido de “regime” e “pedagogia” como transparente, sem refletir sobre o que ele representa em uma ordem social em um Curso da LEDOC, é não pensar sobre as consequências de se deixar ir pelo evidente.

Dessa maneira, observamos que o discurso político-governamental de 2012 a 2016, reproduz os mesmos dizeres, nomeando “regime” de alternância como se percebe no Edital (2012) e na Nota Informativa (2016). No entanto, nos Projetos de Cursos, as instituições nomeiam, em sua grande parte, “pedagogia” da Alternância, seguindo as literaturas da área. Isso demonstra, sob uma perspectiva discursiva, que o processo histórico de institucionalização das LEDOCs, é interpelado pelas condições ideológicas que (trans)formam “regime” em “pedagogia” em uma relação de produção de sentidos. O sentido desloca-se sob outra interpelação ideológica – que não do discurso político-governamental – mas de uma memória, a da literatura da área, como também, das práticas sociais da Educação do Campo (Movimentos Sociais – Escolas Agrícolas Familiares, etc.), o que justifica o uso da nomeação “pedagogia” nos PPCs.

4. CONCLUSÕES

É o aparato teórico-metodológico da AD que permite observar a não transparência dos sentidos, compreendendo o funcionamento da língua na e pela história, percebendo os sentidos como opacos, porque são constituídos no interior das relações de força que constituem a ordem social (MARIANI, 2004). Dessa maneira, “pedagogia” e “regime”, apesar de aparentemente serem usadas como sinônimos, elas não são e, essa nomeação da “Alternância” e do “Regime” merece que seja discutida. De um lado, o “regime” usado pelo político nos instrumentos oficiais que norteiam as LEDOCs – Editais, Notas Informativas – de outro, a “pedagogia” sendo usada na literatura disciplinarização das LEDOCs em instituições públicas.

Ao longo desse texto, mergulhados na constituição do arquivo, explorando o evidente e compreendendo o seu funcionamento, entre o ir e o vir de um movimento constante do teórico ao analítico da AD, percebemos que o percurso interpretativo das questões de nosso objeto pode vir a ser outro. É preciso considerar a relação entre o igual e o diferente do uso das palavras. “Pedagogia” e “regime”, aparentemente significam da mesma forma nos projetos de curso. É o diferente sendo o mesmo.

Compreender o sentido histórico-político da Educação do Campo com base nessas materialidades discursivas sobre Educação do Campo é considerar o funcionamento da língua em práticas sociais de sujeitos (re)produzindo sentidos na história.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Nota Técnica Conjunta Nº 3/2016/GAB/SEACADI**. 2016. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39261-nt-conjunta-03-2016-setec-sesu-secadi-pdf&category_slug=abril-2016&Itemid=30192> Acesso em 19 de junho de 2016.

_____. **Edital de seleção Nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012**. Chamada Pública para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial. SESU/SETEC/SECADI/MEC. Brasília, 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARIANI, B. **Colonização linguística**: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Pontes, 2004.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR: Brasil, n.55, jan./mar., 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethania S. C. Mariani. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, V. e DIAS, C. (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

SCHERER, A. SCHNEIDERS, C. MARTINS, T. Saussure e os estudos saussurianos no sul: algumas reflexões. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Crônicas e Controvérsias. nº 35. jan.-jun. 2015.